

**SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA**  
Ministro do Superior Tribunal de Justiça.  
Professor Universitário.  
Diretor da Escola Nacional da Magistratura.



# O JUIZ

SELEÇÃO E FORMAÇÃO DO MAGISTRADO  
NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

**Participação especial de:**

Eládio Lecey  
Fátima Nancy Andrichi  
José Renato Nalini  
Mônica Jacqueline Sifuentes  
Nildo Nery dos Santos  
Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza  
Sidnei Agostinho Beneti

*DelRey*

Belo Horizonte – 1999

## Sumário

<b>1 AS ESCOLAS JUDICIAIS NO PLANO INTERNACIONAL .....</b>	<b>19</b>
1 A experiência estrangeira .....	19
1.1 Alemanha .....	19
1.2 Itália .....	20
1.3 Portugal .....	21
1.4 Inglaterra .....	23
1.5 Japão .....	24
1.6 Rússia .....	25
1.7 Estados Unidos .....	25
1.8 Espanha .....	29
1.9 França .....	30
2 Outros dados sobre os sistemas estrangeiros .....	34
3 Conclusão .....	39
<b>2 A ESCOLA JUDICIAL NO BRASIL .....</b>	<b>41</b>
1 A implantação da escola judicial no Brasil .....	41
2 A experiência brasileira .....	45
3 A Escola Nacional, em seu figurino atual .....	47
4 Um novo sistema .....	48
5 Conclusão .....	50
<b>3 O JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DOS SEUS JUÍZES .....</b>	<b>57</b>
1 Ingresso nas funções judiciárias .....	57
1.1 Entidade responsável .....	57

1.2	Como se processa .....	57
1.3	Requisitos exigidos aos candidatos (formação acadêmica, idade, experiência profissional, características de personalidade etc.) .....	58
1.4	Critérios de apreciação dos requisitos .....	58
2	Formação específica .....	59
2.1	Entidade responsável .....	59
2.2	Duração .....	59
2.3	Conteúdo .....	59
2.4	Critérios de avaliação dos formandos .....	60
3	Formação permanente .....	60
3.1	Entidade responsável .....	60
3.2	Tipos de ações .....	60
4	Avaliação do exercício profissional .....	61
4.1	Entidade responsável .....	61
4.2	Critérios .....	61
4.3	Progressão na carreira .....	62
4.4	Possibilidades de afastamento da carreira (numa fase inicial/ao longo de toda a carreira) .....	62
4.5	Breve panorâmica sobre a preparação para o exercício de funções judiciárias .....	62
5	Sugestões .....	64
<b>4</b>	<b>A FORMAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DOS MAGISTRADOS .....</b>	<b>67</b>
1	A organização judiciária .....	67
2	A autonomia da organização judiciária .....	67
3	A organização judiciária e o juiz .....	68
4	A especialização e o aperfeiçoamento .....	68
5	O juiz, a prestação jurisdicional e sua participação na harmonia social .....	69
6	As qualidades do juiz .....	69
7	Sistemas de recrutamento dos juízes .....	69
8	O recrutamento dos juízes no Direito Comparado .....	70
9	O <i>Centre National d'Etudes Judiciaires</i> e a <i>Escuela Judicial</i> .....	72
10	O sistema brasileiro .....	75
11	O "Centro de Estudos de Preparação à Judicatura" e a embrionária formação dos juízes estaduais .....	76

12	O movimento em Minas Gerais .....	76
13	A “Reforma do Judiciário” e o aprimoramento cultural .....	77
14	As conclusões do “Primeiro Congresso Internacional dos Magistrados” .....	79
15	Conclusão .....	80
<b>5</b>	<b>A FORMAÇÃO DO JUIZ CONTEMPORÂNEO, O MODELO BRASILEIRO E O MERCOSUL .....</b>	<b>85</b>
1	O Judiciário nos tempos atuais .....	85
2	O Judiciário na Constituição de 1988 .....	87
3	A insatisfação da sociedade com o modelo atual de Justiça .....	89
4	A seleção, a formação e o aperfeiçoamento dos juízes como ponto fundamental na transformação do Judiciário .....	91
5	O sistema brasileiro de formação de juízes .....	93
6	O juiz e o processo atual de integração econômica, social e cultural .....	94
7	Conclusão .....	95
<b>6</b>	<b>OS JUÍZES E O DIREITO COMUNITÁRIO .....</b>	<b>97</b>
1	A sociedade contemporânea .....	97
2	Os blocos econômicos regionais e sua evolução para a integração social, cultural e jurídica .....	97
3	O Direito .....	99
4	O Direito Comunitário .....	99
5	O Judiciário como Poder e guardião da cidadania .....	101
6	O juiz comunitário, sua escolha e preparação .....	101
7	Conclusão .....	103
<b>7</b>	<b>O JUDICIÁRIO E A APLICAÇÃO DO DIREITO COMUNITÁRIO NO MERCOSUL .....</b>	<b>105</b>
1	Um novo desafio .....	105
2	A nova postura política do Judiciário .....	105
3	O Direito Comunitário .....	106
4	A atuação do juiz nacional na ordem comunitária .....	107
5	As dimensões do Mercosul .....	109
6	A segurança jurídica e a imprescindibilidade da Justiça comunitária .....	110

7	A preparação do juiz comunitário .....	114
8	Conclusão.....	115
<b>8</b>	<b>O FUTURO DAS ESCOLAS JUDICIAIS .....</b>	<b>117</b>
1	O Judiciário na perspectiva histórica .....	117
2	O Judiciário dos novos tempos .....	119
3	A necessidade de juízes à altura desse novo Judiciário .....	120
4	As escolas judiciais no plano internacional .....	120
5	As escolas judiciais no Brasil .....	122
6	A atual Escola Nacional da Magistratura brasileira .....	123
7	O futuro da Escola Nacional da Magistratura no Brasil .....	124
8	O futuro das escolas judiciais, sustentação financeira e liberdade de pensamento .....	125
9	Autonomia financeira e liberdade de pensamento .....	131
10	Conclusão.....	132
<b>9</b>	<b>A FORMAÇÃO DO JUIZ BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO .....</b>	<b>135</b>
1	O Judiciário e sua transformação sob a perspectiva da História .....	135
2	O quadro atual .....	136
3	A postura omissa do Judiciário .....	137
4	Propostas .....	139
5	Conclusão.....	140
<b>10</b>	<b>A JURISPRUDÊNCIA COMO FONTE DO DIREITO E O APRIMORAMENTO DA MAGISTRATURA .....</b>	<b>141</b>
1	A função jurisdicional .....	141
2	A jurisprudência e seu conceito .....	142
3	Os sistemas jurídicos no mundo atual .....	143
4	A jurisprudência como fonte do direito no sistema do <i>common law</i> .....	144
5	A jurisprudência como fonte do direito no sistema jurídico social-marxista .....	146
6	A evolução no direito muçulmano .....	148
7	A jurisprudência como fonte no sistema do direito escrito .....	148
8	A interpretação .....	152
9	O conflito entre a estabilidade jurídica e a evolução do direito .....	153

10	A sentença e a evolução do direito .....	153
11	O aprimoramento cultural dos magistrados como elemento essencial à evolução do direito .....	154
<b>11</b>	<b>O JUIZ EM FACE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....</b>	<b>157</b>
1	O Código de Processo Civil e a fase atual .....	157
2	A prevalência da sistematização e dos princípios na compreensão do novo diploma .....	158
3	O juiz e o Direito Processual Civil .....	159
4	O juiz na relação jurídica processual.....	159
5	O juiz e os poderes processuais.....	159
6	A convicção do juiz e os princípios que a informam .....	160
7	A Revolução Francesa e a adoção da lógica racional como método de hermenêutica .....	161
8	A reação doutrinária e jurisprudencial à interpretação literal .....	161
9	O método valorativo .....	162
10	A função criadora do juiz .....	165
11	Conclusão .....	166
<b>12</b>	<b>A TRANSFORMAÇÃO DO JUDICIÁRIO E O APRIMORAMENTO DO PROCESSO CIVIL COMO GARANTIA DA CIDADANIA .....</b>	<b>167</b>
1	A Constituição, sua vontade e sua alma .....	167
2	O processo civil brasileiro e o procedimento - Evolução e reforma ..	170
3	As tendências atuais do processo civil .....	176
4	A Justiça ideal .....	178
5	Conclusão .....	182
<b>13</b>	<b>O JUDICIÁRIO E A IMPRENSA.....</b>	<b>185</b>
<b>14</b>	<b>O JUIZ EM FACE DA SEGURANÇA E DA EVOLUÇÃO DO DIREITO - AS TENDÊNCIAS BRASILEIRAS RUMO À JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE .....</b>	<b>191</b>
1	O Judiciário e o processo civil: carências e propostas .....	191
2	A realidade forense brasileira nos Tribunais Superiores .....	194

3	O acúmulo de demandas na Justiça Federal e a recente contribuição do Executivo para desafogá-la.....	196
4	A súmula de jurisprudência predominante, sua força persuasiva e seu efeito vinculante .....	198
5	A adoção da súmula com efeito vinculante na EC n. 3/93 .....	201
6	As propostas legislativas de adoção do efeito vinculante .....	202
7	A proposta apresentada pela “Reforma Processual” em nível infraconstitucional .....	204
8	As objeções feitas à adoção da súmula com efeito vinculante .....	208
9	As razões apresentadas pela corrente favorável à sua adoção .....	208
10	Conclusão .....	209
<b>15</b>	<b>UM EXEMPLO DE JUIZ - “O BOM DOUTOR” .....</b>	<b>213</b>
<b>16</b>	<b>A VOZ DO CORAÇÃO EM UM TRIBUNAL EXEMPLAR.....</b>	<b>219</b>
<b>17</b>	<b>O AGORA É TEMPO DE TORNAR A JUSTIÇA UMA REALIDADE (UMA MENSAGEM À NOVA GERAÇÃO) .....</b>	<b>225</b>
<b>18</b>	<b>MENSAGEM AOS NOVOS JUÍZES (O SURGIMENTO DE UMA ESCOLA) .....</b>	<b>229</b>

## APÊNDICE

<b>1</b>	<b>A SELEÇÃO E A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS EM PORTUGAL</b> <i>Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza</i> .....	<b>239</b>
1	O Centro de Estudos Judiciários .....	239
2	A seleção dos futuros magistrados .....	240
3	A formação inicial .....	240
4	Fase teórico-prática .....	241
5	Estágios de iniciação .....	242
6	Estágios de pré-afetação .....	242
7	Formação complementar .....	243
8	Formação permanente .....	243
9	Investigação científica .....	243
10	Intervenção no sistema .....	244
11	A filosofia do CEJ .....	244

## **2 SELEÇÃO E FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS EM PORTUGAL – NOVO SISTEMA**

*Mônica Jacqueline Sifuentes* ..... 245

- 1 Introdução: a Lei n.16/98, de 8 de abril ..... 245
- 2 Breves notas sobre o quadro da magistratura portuguesa ..... 246
- 3 O Centro de Estudos Judiciários – CEJ ..... 247
- 4 O processo de seleção dos novos magistrados ..... 248
- 5 A formação dos magistrados ..... 249
- 6 Críticas, louvores e conclusões ..... 251

## **3 A ESCOLA FRANCESA**

*Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza* ..... 253

- 1 *École Nationale de la Magistrature* ..... 253
- 2 A seleção dos Auditeurs de Justice ..... 254
- 3 Formação inicial ..... 254
- 4 Aclimação ..... 254
- 5 Estágios exteriores ..... 255
- 6 Fase teórico-prática ..... 255
- 7 Estágios jurisdicionais de observação ..... 255
- 8 Estágios de especialização jurisdicional ..... 255
- 9 Exames finais ..... 256
- 10 Formação permanente ..... 256
- 11 A filosofia da ENM ..... 257
- 12 Conclusão ..... 257

## **4 A EDUCAÇÃO JUDICIAL NOS ESTADOS UNIDOS E NO CANADÁ**

*Eládio Lecey* ..... 259

- 1 As Escolas Judiciais Nacionais nos EEUU ..... 259
- 2 *Federal Judicial Center* ..... 259
- 3 *The National Judicial College* ..... 261
- 4 *The judge advocate general's school* ..... 262
- 5 Escolas estaduais ..... 263
- 6 A educação judicial na Universidade ..... 264
- 7 A educação judicial no Canadá ..... 265
- 8 Universidade Laval ..... 266
- 9 Conclusão – Sugestões ao sistema brasileiro ..... 266

## **5 O JUDICIÁRIO ITALIANO E O RECRUTAMENTO DE JUÍZES**

*José Renato Nalini e Nildo Nery dos Santos* ..... 269

- 1 Introdução ..... 269
- 2 O Comitê Científico do CSM ..... 272
- 3 Uma Escola Nacional da Magistratura ou uma Escola Nacional de Justiça? ..... 272
- 4 O Conselho Superior da Magistratura ..... 280

## **6 O SISTEMA ESPANHOL DE RECRUTAMENTO E FORMAÇÃO DE JUÍZES E MAGISTRADOS**

*José Renato Nalini* ..... 283

- 1 O sistema de recrutamento ..... 283
- 2 A magistratura na Espanha ..... 285
- 3 A Escuela Judicial de Barcelona ..... 286
- 4 A seleção de juízes na Espanha ..... 287
- 5 A instituição do preparador ..... 289
- 6 O status do aluno da escola judicial ..... 290
- 7 Personalidade do aluno da escola judicial ..... 290
- 8 Os pilares da escola judicial ..... 291
- 9 A organização da escola ..... 291
- 10 Como se vincula a Escola com o Conselho Geral? ..... 293
- 11 Aula ibero-americana ..... 294
- 12 A metodologia da escola judicial ..... 295
- 13 Objetivos da formação inicial ..... 296
- 14 Atividades da formação inicial ..... 298
- 15 Desenvolvimento das atividades na Escola ..... 299
- 16 Sistema de avaliação da Escola Judicial de Barcelona ..... 300
- 17 Métodos Pedagógicos – Professorado ..... 302
- 18 Como se ensina? ..... 303
- 19 Avaliação dos professores ..... 305
- 20 A gerência e a gestão econômica da Escola ..... 306
- 21 Remuneração do juiz espanhol ..... 307
- 22 Remuneração do professor da Escola ..... 307
- 23 A seleção dos juízes e magistrados na Espanha ..... 308
- 24 A formação continuada – Seus elementos, sua organização ..... 310
- 25 Estrutura da formação contínua ..... 311
- 26 Métodos e fórmulas de formação ..... 313

27	Como seleccionar o juiz para o curso? .....	315
28	O Consejo General del Poder Judicial – Traços essenciais, estrutura e funcionamento .....	315
29	Relação entre o Conselho e o Tribunal Supremo .....	317
30	Existe um modelo de juiz para o Conselho? .....	319
31	O serviço de inspeção .....	319
32	A Comissão de Informes do CGPJ .....	323

## **7 FORMAÇÃO DO JUIZ NA ALEMANHA**

<i>Sidnei Agostinho Beneti</i> .....	327
--------------------------------------	-----

1	Formação em Direito .....	327
2	O estudo do Direito .....	328
3	Nomeação do juiz .....	330
4	Organização judiciária alemã .....	330
5	Formação inicial .....	331
6	Formação em continuação .....	332
7	O programa da Deutsche Richterakademie .....	333
8	O futuro da formação na Alemanha .....	334
9	Bibliografia .....	334

## **8 FORMAÇÃO DO JUIZ NA HOLANDA**

<i>Sidnei Agostinho Beneti</i> .....	337
--------------------------------------	-----

1	Generalidades .....	337
2	Organização judiciária e nomeação de juizes .....	337
3	O <i>Stichting Studiententrum Rechtspfleging</i> .....	339
4	Curso de Formação Inicial .....	340
5	Cursos de Educação Permanente .....	341
6	Condições materiais .....	342
7	Bibliografia consultada .....	342

## **9 IMPRESSÕES JUDICIAIS DO JAPÃO**

<i>Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza</i> .....	343
--	-----

1	Destaques .....	343
2	O instituto jurídico .....	343
3	A Suprema Corte .....	345
4	O Tribunal de Osaka .....	347
5	Conclusão .....	348

**10 THE LEGAL TRAINING AND RESEARCH INSTITUTE  
OF JAPAN**

*José Renato Nalini* ..... 349

1 O sistema ..... 349

2 Estrutura material ..... 353

3 Síntese do curso no Instituto ..... 353

4 Os Professores e sua experiência..... 354

5 Conclusão ..... 354

6 A Suprema Corte do Japão ..... 355

7 A jurisdição da Suprema Corte ..... 356

**11 A FORMAÇÃO DE JUÍZES NO DIREITO COMUNITÁRIO**

*Fátima Nancy Andrighi* ..... 359

**12 A FORMAÇÃO DOS MAGISTRADOS NO PROJETO  
DO ESTATUTO DA MAGISTRATURA.....**

367